Disputas eleitorais em Dourados, no sul do antigo Mato Grosso: influência do contexto estadual e crescimento do PTB nas eleições de 1954, 1958 e 1962.

Fernando de Castro Além
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História/UFGD

Resumo: Este artigo analisou a influência dos governadores do então Mato Grosso sobre as eleições em Dourados, cidade localizada no sul do estado, mais especificamente nos pleitos para prefeito em 1954, 1958 e 1962, apontando se foram exitosas ou não as estratégias impostas pelos chefes do Executivo estadual em impulsionar a candidatura de seus aliados em cada uma das eleições acima, entendendo que tal expediente faz parte da tradição política no estado. Além disso, afirmamos que houve um crescimento eleitoral do PTB em Dourados. Sendo assim, apontamos os fatores que motivaram esta ascensão trabalhista. O texto traz também apontamentos e reflexões sobre a rivalidade no Mato Grosso envolvendo os principais partidos políticos à época – PTB, PSD e UDN – no recorte temporal proposto, e quais as repercussões dessas disputas em Dourados.
Palavras-chave: Eleições, Dourados, partidos políticos.

Abstract: This article analyzed the influence of the governors of the State of Mato Grosso on the elections in Dourados - a city located in the southern state - more precisely in the elections for mayor in the years of 1954, 1958 and 1962. Its purpose is to indicate if the strategies imposed by the chiefs of Executive in promoting the candidacy of their allies in each of the above elections were successful or not, understanding that such means is part of the political tradition in the State. Furthermore, we claim that there was an electoral growth of the political party PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) in Dourados. Thus, we point out the factors that motivated this labor rise. The text also contains notes and reflections on the Mato Grosso's rivalry involving the main political parties at the time - PTB, PSD (Partido Social Democrático) and UDN (União Democrática Nacional) – in the proposed time frame, and what the implications of these disputes in Dourados are.
Keywords: Elections, Dourados, political parties

As eleições municipais em Dourados, cidade localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul, sempre sofreram influência direta do contexto político estadual. Pode-se dizer que faz parte da cultura política[1], brasileira inclusive, a *intromissão* de governadores na indicação de candidatos dos partidos situacionistas em nível estadual para pleitear os cargos de prefeito. Tal fenômeno se deu devido à contrapartida política que essa indicação poderia proporcionar caso vencesse o candidato indicado pelo governador, como a nomeação de seus afilhados políticos em cargos de chefia na Prefeitura, e o apoio político do prefeito em futuros pleitos a serem disputados pelo ocupante do executivo estadual.

[1] José Álvaro Moisés aponta cultura política como um resultado "tanto dos processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política" (MOISÉS, 1992, p. 7). Para Victor Ponte, a cultura política é entendida como um "conjunto de códigos que permite o estabelecimento de relações políticas entre indivíduos e grupos" (PONTE, 1992: 167).

O prefeito de Dourados eleito em 2011, Murilo Zauith (ex-DEM, atualmente no PSB), é o exemplo típico da colocação acima. Vice Governador do Mato Grosso do Sul no primeiro mandato do Governador André Puccinelli (PMDB), foi escolhido candidato em uma articulação política comandada por André. O governador, na eleição extemporânea em 2011 em Dourados, instrumentalizou uma aliança entre DEM – antigo partido do prefeito -, e PT no município, aliando grupos políticos que até muito pouco tempo eram adversários históricos, aliança essa construída com a intenção de anular o principal opositor na cidade, o próprio PT, acomodando sem riscos Zauith na Prefeitura.

Explicamos essa *intromissão* do governador do estado nos pleitos municipais em Dourados pelo aumento da influência da cidade no contexto político regional. O município se transformou no segundo maior colégio eleitoral do Mato Grosso do Sul. A partir disso, tornou-se comum a indicação de um candidato a vice-governador oriundo da cidade nos pleitos estaduais.

Essa influência direta do chefe do executivo estadual nos pleitos municipais em Dourados pôde ser observada em 1954, possibilitando a eleição do candidato da UDN, do mesmo partido do Governador à época. Já em 1958, foi o PSD que elegeu o Governador, porém isso não possibilitou a vitória dos pessedistas para prefeito, e o crescimento contínuo do PTB local pode ter sido determinante para tal fato, crescimento esse sentido desde as eleições municipais de 1950. Em 1962, Fernando Correa da Costa (UDN) era o Governador do Mato Grosso, e não houve articulação que possibilitasse a vitória do candidato a prefeito de seu partido em Dourados, sendo o ininterrupto *surto* trabalhista no município mais uma vez preponderante para tal derrota.

Valentina Gomes Somarriba aponta que o sucesso de uma eleição depende dos recursos disponíveis pelo candidato, sejam estes financeiros, de mídia, coalizões, apoios ou alianças, e como as disputas e as estratégias em torno desses recursos se dão em uma democracia, seus resultados devem ser pautados pela incerteza da vitória. Tal incerteza, coerente com as variáveis de recursos possibilitadas pelas regras democráticas, acaba gerando a possibilidade real de alternância no poder político (SOMARRIBA: 16).

Nas eleições municipais de 1954 e 1958, as cédulas de votação podiam ser distribuídas pelos partidos políticos e seus respectivos candidatos. Tal procedimento já havia se alterado para as eleições para Presidente e Vice Presidente da República, através

da Lei n° 2.582, de 30 de agosto de 1.955, que instituiu a cédula oficial. Só com a Lei n° 4.109, de 27 de julho de 1962, instituiu-se a cédula para os demais cargos eletivos (FARHAT, 1996, p. 331). A partir daí, as eleições se tornaram um pouco mais moralizadas, pois até então a multiplicidade de cédulas era uma *porta escancarada* para o mais puro clientelismo.

Porém, o artigo 10 da lei previa apenas a utilização das cédulas únicas nas eleições proporcionais nas capitais, a partir de 1962. As cidades que não eram capitais e que tivessem população acima de 100 mil habitantes, o sistema entraria em vigor apenas a partir de 31 de dezembro de 1965, conforme o parágrafo 1° do artigo 10 (Portal da Câmara dos Deputados, legislação informatizada, 2011). Em Dourados – como não se enquadrava em nenhuma das situações –, ainda se utilizou da distribuição de cédulas pelos militantes dos partidos nas eleições para a Câmara de Vereadores.

Podemos afirmar que as disputas para a prefeitura de Dourados, apontadas neste estudo, estão relacionadas ao contexto político estadual do período, garantindo, é claro, as especificidades locais. Segundo Maria Manuela Neves, as eleições no Mato Grosso eram polarizadas pela UDN e pelo PSD, sendo o PTB a terceira força, estando este último em uma postura pendular de apoio, ora à UDN, ora ao PSD. Tal postura petebista era preponderante para a vitória das duas legendas maiores, a nível estadual (NEVES, 1988: 215). Ou seja, havia uma forte rivalidade entre os dois últimos, a qual extrapolava o campo regional para as outras localidades, como pode ser atestado em uma carta enviada em 18 de fevereiro de 1950 pelo pessedista Ubaldo dos Santos, membro do subdiretório de Santa Luzia, zona rural de Dourados, ao coronel Firmino Vieira de Mattos, presidente do diretório municipal do PSD, sobre a inserção de udenistas na localidade:

> Comunico V. Sa. que estive em Vila Juty dia 15 deste meis, e converçando com os homens do Sub-Diretório de lá, achei noça situação política boa, mais os chefes da UDN andaro fazendo propaganda prometendo estradas e pontes no distrito Santa Luzia. V. Sa. deve aprevinir nosso Governador [...] (MOREIRA, 1990, p. 131).

Rubens de Toledo Júnior, ao discorrer sobre as contribuições da Geografia para a análise do comportamento eleitoral, afirma que a interpretação geográfica sobre as eleições permite entender as estratégias desenvolvidas pelas elites locais para manutenção do poder, e de que forma tais estratégias vão repercutir em suas demandas aos governos

estaduais e ao governo federal, ou ainda, buscar compreender a diminuição do capital eleitoral dessas mesmas elites (TOLEDO JÚNIOR, 2007: 173).

Em entrevista realizada com o Sr. Atílio Torraca Filho, membro do diretório do PTB entre 1955 e 1965, este comentou que a rivalidade entre PSD e UDN também era transferida para Dourados, assim como ocorria nas eleições para o Governo estadual. Segundo o entrevistado, em épocas de eleições as disputas se acirravam mais ainda:

> O clima era quente, tinha sabotagem, mas era mais aquele ataque entendeu, que por exemplo você montar um comício aqui, o PSD por exemplo montar um comício aqui, e a UDN, porque era os dois que mais brigavam, e a UDN mandar por exemplo quinze, vinte, vamos dizer arruaceiros, entendeu, pra ir perturbar, acabar com o comício, era o que existia (TORRACA FILHO, 2010)[2].

Quando da campanha eleitoral para Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores de estado e Vice-Governadores no ano de 1955, com a possível vitória do candidato do PSD Juscelino Kubitschek, havia uma ameaça de golpe, que poderia ser deflagrado pela UDN. Isso só fez acirrar ainda mais a rivalidade entre os dois partidos, transferindo-se do centro do poder federal para as demais localidades do país. E em Dourados não foi diferente.

A eleição anterior, para o pleito municipal de 1954, foi o exemplo mais claro da interferência do executivo estadual nas campanhas eleitorais em Dourados. A rivalidade entre PSD e UDN no Mato Grosso, aliada ao crescimento sucessivo do PTB no município foram fundamentais para que o Governador Fernando Correa da Costa (UDN) encabeçasse, indiretamente e sem aparecer, a fundação do PSP na cidade, sob a presidência de João Augusto Capilé Júnior. Segundo este último, o fato ocorreu para que não se consolidasse a coligação entre PTB e PSD nas eleições municipais em Dourados, que seria imbatível na disputa que se aproximava.

A fundação do PSP pode ser entendida a partir da ligação entre as lideranças udenistas e petebistas na porção sul do Estado, o que pôde ser verificado a partir do apoio informal do PTB à UDN na campanha de Fernando Correa da Costa em 1950 para o Governo do Mato Grosso. Havia um acordo não oficial entre os dois partidos no sul do estado para as eleições daquele ano, reforçado pela visita de Vargas à região, em campanha presidencial, ressaltando, segundo Neves, “a natureza faccionada da formação

[2] Entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2010.

petebista e seu caráter regionalizado, bem como revela uma racionalidade própria em busca do crescimento – […] – ainda que pese a força que a candidatura Vargas imprimiu aos resultados eleitorais" (NEVES, 1988, p. 188), haja vista que Vargas tomou posição de neutralidade nas eleições, demonstrando seu assentimento às forças udenistas locais, não apoiando Filinto Muller, candidato do PSD ao Governo do estado (NEVES, 1988: 189).

Seguindo a direção da ligação entre UDN e PTB no sul do Mato Grosso, a fundação do PSP em Dourados, arquitetada e articulada pelo governador udenista – segundo João Augusto Capilé Júnior (CAPILÉ JÚNIOR, 2010) –, fazia sentido, uma vez que, nas eleições municipais, enfraqueceria em Dourados o principal adversário de seu partido em nível estadual, o PSD. Como parte importante do PTB defendia a coligação com o PSD, Fernando Correa instrumentalizou a fundação do PSP em Dourados, e cooptou a principal liderança petebista no diretório douradense, Armando Campos Belo, para que liderasse uma coligação com os pessepistas, enfraquecendo tanto o PTB local – que ficou em terceiro lugar nessas eleições para prefeito –, quanto o PSD. Caso vencesse a coligação PSD/PTB, o PSD poderia se fortalecer também a nível estadual, considerando a crescente relevância de Dourados no cenário político estadual a partir da migração para a CAND[3], pois tal migração significou também aumento contínuo do contingente eleitoral.

A cúpula trabalhista que apoiou informalmente a UDN na eleições estaduais de 1950 veio a Dourados atuar na reestruturação do diretório local em 1954 (*O Progresso*, 17/1/1954: 3), o que indicava a participação deles no arranjo comandado por Fernando Correa da Costa para implodir a coligação PSD/PTB.

O Governador Fernando Correa da Costa sabia que Dourados estava se transformando em reduto petebista e, caso fosse confirmada a coligação do PTB com o PSD, a derrota da UDN estaria praticamente selada. O PTB acabou se coligando com o PSP, e tal eleição resultou na vitória do udenista Antônio Morais dos Santos para a Prefeitura de Dourados no pleito de 1954.

Sobre as coligações de partidos políticos nas eleições no período republicano de 1945 a 1954, Luiz Navarro de Britto afirma que elas ocorrem muito mais por conveniências estabelecidas na ocasião, sendo resultante de fatores específicos das localidades

[3]Colônia Agrícola Nacional de Dourados – projeto colonizador criado e implementado pelo Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas, compreendendo a doação de lotes a famílias em condição de marginalidade social, na região de Dourados, emigradas principalmente do nordeste brasileiro.

brasileiras, e nunca como eixos programáticos de agregação ideológica. Os interesses pessoais das lideranças se sobrepunham aos programas dos partidos, impedindo que as legendas se convertessem em "instrumentos de reivindicações e interesses definidos" (BRITTO, 1967: 102).

Quanto ao crescimento alcançado pelo PTB em Dourados, podemos dizer que modificou a geografia eleitoral local. Se a principal disputa no estado do Mato Grosso ocorria entre PSD e UDN, em Dourados era diferente. Mesmo estando a cidade diretamente ligada ao contexto eleitoral regional, eram os petebistas que disputavam com os udenistas o poder local, haja vista o PTB ganhar musculatura eleitoral a partir do crescimento populacional à época. Contudo, os arranjos políticos também interferiram, como no caso das eleições municipais de 1954, quando a articulação entre petebistas e pessepistas culminou em um terceiro lugar.

O PTB experimentou um forte crescimento a partir do início da década de 1950 em Dourados. Quanto a isso, tanto a bibliografia pesquisada quanto as entrevistas apontaram o fenômeno como resultado da chegada dos colonos da CAND. Segundo Marisa Bittar, "a colônia [CAND] é um dos fatores que explicam as raízes desse partido no sul" (BITTAR, 1997, p. 192). Atílio Torraca Filho defendeu a mesma colocação. O entrevistado apontou que a hegemonia do PTB local se dá "única e exclusivamente pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND" (TORRACA FILHO, 2010). O ex-prefeito udenista João Augusto Capilé Júnior ratificou tal proposição:

> […] mas aí, o PTB foi o partido que mais cresceu aqui no município. Porque? Porque Getúlio veio à Colônia Federal, aí foi dividido em lotes de 30 hectares, 30 em trezentos mil hectares de terra. Então foram 10 mil lotes que foram ocupados por famílias, gente do PTB. Então a UDN que era o partido mais forte do que o próprio PSD ficou em minoria. Aí quando veio a nova eleição, não tinha, o nosso partido da UDN não tinha um outro elemento pra enfrentar o PTB senão eu (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Uma análise mais acurada quanto ao crescimento do PTB local a partir da migração de colonos para a CAND deve ser realizada, também considerando outros fatores. O partido já estava competitivo antes de o fluxo migratório mais significativo ocorrer, o que aconteceu principalmente a partir de 1951 até o início da década de 1960. Além disso, já existia um aumento demográfico importante – mesmo que menor, se comparado ao citado

anteriormente –, a partir do fim da década de 1940, o que não poderia deixar de causar impacto nos processos eleitorais naquele momento.

Exemplo disso são as eleições para prefeito em 1950. Nesse ano, o PTB *ganhou mas não levou*, em virtude da impugnação de uma urna. Se tal fato não tivesse ocorrido, a vitória em 1950 seria do petebista Armando Campos Belo por 79 votos. Já nas eleições municipais de 1954, momento do auge da migração para a CAND, conforme já comentado, o PTB caiu diante da articulação do Governador Fernando Correa da Costa, levando à vitória o candidato udenista.

Há também um fator conjuntural que colaborou com o crescimento eleitoral do PTB, sentido a partir das eleições municipais de 1950 em Dourados. Naquele ano, momento em que o PTB perdeu no município por apenas dois votos, aconteceram também eleições para Presidente da República. Vargas foi eleito para o cargo, fato preponderante para que a campanha petebista ecoasse em todo o país, reforçada pelo retorno de Getúlio que, com seu forte carisma junto à sociedade brasileira, influenciava os processos eleitorais Brasil afora.

Em Dourados, cuja base social passava por transformações importantes naquele período, havia uma identificação do eleitorado recém-chegado com Getúlio, em sua maioria migrantes em virtude da CAND, pois o colono tinha gratidão para com Vargas, haja vista ter deixado a condição de miséria em sua região originária e ganho um pedaço de terra para subsistência dele e de sua família – uma espécie de *dádiva recebida*. Mesmo havendo inúmeras adversidades no momento da chegada desses colonos, conforme mencionado anteriormente, para eles *foi Vargas quem deu o lote*, e a gratidão ao *pai dos pobres* acabou se materializando através do voto.

Gláucio Soares afirma que o prestígio de Getúlio junto ao eleitorado nacional serviu para alavancar o partido pelo país. Esse crescimento petebista acontece paralelo ao declínio do PSD (SOARES, 1981: 19). Essa colocação vai ao encontro ao apontado por Serge Berstein. Segundo o autor, o historiador da política deve entender que um partido não cresce fortuitamente. As razões de seu sucesso estão ligadas a:

> [...] um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita,

> como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe (BERSTEIN, 2003: 67/68).

Para o eleitor da CAND, o PTB é Vargas. Se para este *foi Vargas quem deu o lote*, por conseguinte uma condição melhor de vida, esse eleitor se sentia na obrigação moral de demonstrar sua gratidão através do voto aos candidatos do PTB. Sobre a gratidão do eleitorado recém-chegado a Dourados para com Getúlio Vargas, Sultan Rasslan, ex-deputado estadual pelo antigo MDB, membro do PTB desde 1957 até sua extinção em 1965, deu o seguinte depoimento:

> Crescimento do PTB? Por causa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, começou ali né. Getúlio Vargas. Como é que você vê a política hoje atual? A cesta básica não elege ninguém? É a cesta básica que tá elegendo e continua elegendo. O governo que fizer um bem qualquer para esse pessoal, vamos dizer, mais rejeitado pelo poder público, cresce politicamente (RASSLAN, 2011)[4].

Portanto, a afirmação, segundo a qual o PTB aumentou seu contingente eleitoral em Dourados a partir da consolidação da CAND, deve ser aliada a uma espécie de gratidão a Vargas pela doação dos lotes. Além do que, um significativo aumento populacional ocorrido entre 1940 e 1950, já causou um impacto importante quanto à geografia eleitoral local, o que fez com que o PTB conquistasse força suficiente para disputar com a UDN a hegemonia política em Dourados.

Impugnação de urnas, tentativa de anulação de eleições, sabotagens, assaltos a cartórios eleitorais, eram elementos importantes que realçavam as acirradas eleições para a Prefeitura de Dourados, extrapolando inclusive os períodos eleitorais. Porém também houve acordos, dos quais trataremos a seguir.

Embora tenha havido influência direta do Governador Fernando Correa da Costa nas eleições municipais de 1954 em Dourados, com a articulação que culminou com a fundação do PSP e com a coligação deste com o PTB local, o que acabou fragmentando as opiniões do eleitorado e culminando na vitória de Antônio Morais (UDN), nas eleições de 1958 e 1962 a influência dos governadores pode não ter sido sentida. PSD e UDN, respectivamente, os partidos ocupantes das cadeiras do executivo estadual naqueles anos, não venceram as eleições em Dourados.

Seguindo a alternância partidária no comando político do estado do Mato Grosso, o Governo estadual estava nas mãos do PSD em 1958, com João Ponce de Arruda, político

[4] Entrevista realizada em 17 de maio de 2011.

do norte do estado, eleito em uma coligação com o PTB. João Ponce de Arruda era cunhado de Júlio Muller, irmão de Filinto Muller e principal liderança petebista no norte do estado. João Ponce iniciou sua carreira política em 1932, substituindo o próprio Júlio Muller na Prefeitura de Cuiabá, por este último ter sido indicado por Vargas para chefe da polícia no estado (BRANDÃO, s/d, p. 1), significando uma antiga e forte ligação entre as duas lideranças, aos moldes da política oligárquica mato-grossense.

Com o fim do Estado Novo, Ponce e Júlio Muller acabaram se assentando, respectivamente, no PSD e no PTB. Mais tarde, em 1955, Ponce de Arruda foi eleito governador em uma aliança entre PSD/PTB, o que possibilitou aos dirigentes locais dos dois partidos indicarem os cargos estaduais a serem ocupados no município. Portanto, seria possível ocorrer uma coligação entre as legendas para as eleições em Dourados no ano de 1958. Assim como em 1954, o jornal *O Progresso* noticiou sobre uma plausível coligação entre PSD e PTB, relatando a formação de uma comissão com membros dos dois partidos visando ao entendimento. Tal conversa ocorreu durante o mês de abril. A aliança não aconteceu, apesar dos esforços do PSD na empreita.

Mesmo assim o PSD, ainda em junho daquele ano, buscava um entendimento com os petebistas visando à coligação, haja vista as duas legendas estarem aliadas nas eleições estaduais desde 1947, com a vitória de Arnaldo Estevão de Figueiredo (LIMA, 2006: 1)[5]. Além disso, tal arranjo ocorria também em nível proporcional.

Porém, em 1958, nenhum dos dois partidos abriu mão de ser *cabeça de chapa*[6] nas eleições municipais em Dourados. O PTB já sabia de sua força crescente no município, principalmente na região da CAND. Já o PSD poderia contar com o apoio da máquina estadual, governada por João Ponce de Arruda, o que, de certa forma, poderia lhe dar um fôlego na disputa. Por esse motivo, tanto PTB quando PSD impuseram o candidato a prefeito, o que culminou na implosão da possível aliança.

[5] A exceção se deu em 1950, momento de uma aliança não oficial entre PTB e UDN que culminou na vitória do udenista Fernando Correa da Costa para o Governo do estado, conforme citado anteriormente; e em 1960, eleições em que o PTB lançou candidato próprio, o deputado Wilson Fadul. Tal pleito foi vencido novamente por Fernando Correa da Costa para o Executivo estadual.

[6] *Cabeça de chapa*, em uma coligação para uma eleição majoritária, é o indivíduo de um dos partidos indicado como candidato ao principal posto do Executivo, seja municipal, estadual ou federal.

O jornal *O Progresso*, na coluna intitulada *Telescópio*, fez alusão à necessidade da coligação, sugerindo que o PTB indicasse o candidato a vice-prefeito, comprovando o único interesse dos pessedistas – sair de suas fileiras o *cabeça de chapa*:

> [...] si o PTB e o PSD souberem usar a cabeça, [...] o problema está resolvido. [...] Si separam os dois, vão os dois para o tacho. [...] O caso agora é o PTB escolher um vice-prefeito [...], receber a metade dos cargos, o Juiz de Paz da séde, as sub prefeituras dos distritos e tocar o barco para a frente, porque afinal de contas é preferível um mau acordo do que uma boa derrota! (*O PROGRESSO*, 4/5/1958: 3).

Nas eleições de 1958, não houve uma articulação por parte do governo do estado para beneficiar o candidato a Prefeito de seu partido em Dourados. O relato do petebista Sultan Rasslan apontou nesse sentido (RASSLAN/2011), diferentemente do que houve em 1954. O que há é uma indicação para que a coligação vitoriosa no pleito estadual de 1955 – PSD/PTB –, ocorresse em nível local. Portanto, havia uma vontade, principalmente por parte do PSD, em irradiar para Dourados a disputa estadual contra a UDN, tendo em vista tal rivalidade, como já demonstramos, ocorrer também no âmbito dos municípios. Mas não houve possibilidade de acordo entre petebistas e pessedistas. A frustração se iniciou em 1954, e se repetiu em 1958, motivada pelo fato de nenhum dos dois partidos abrirem mão de seu *cabeça de chapa* para Prefeito: Vlademiro do Amaral, por parte do PSD, e Vivaldi de Oliveira, pelo PTB. Pior para o PSD. Seu antigo pretenso aliado, o PTB, venceu as eleições municipais com Vivaldi de Oliveira.

Uma prova de que a principal disputa estadual não teria a mesma relevância em Dourados aconteceu também em 1962. UDN e PSD perdiam terreno para o PTB no município continuamente, e os dirigentes dos dois primeiros partidos sabiam disso. Tanto é que o inimaginável esteve prestes a ocorrer: havia uma tentativa de coligação entre udenistas e pessedistas nas eleições municipais de 1962, registrada pelo deputado Weimar Torres (PSD) em seu diário pessoal. Segundo Weimar, essa tentativa de aliança teria partido da UDN, com os udenistas se reunindo em seu diretório, e lançando a candidatura de Wilson Benedito Carneiro, membro do PSD local. Conforme Weimar, caso houvesse o endosso do PSD, estaria selada a aliança. Weimar afirmava: “Nós, porém, preferimos dar tempo ao tempo, deixar o barco rodar mais um pouco ao sabor da correnteza” (Diário pessoal de Weimar Torres, 9/1/1962).

A afirmação acima demonstra as reservas de Weimar em relação a tal aliança. Sabia que isso poderia minar mais ainda seu partido em nível local. Sem contar, as disputas estaduais, históricas entre PSD e UDN. Como se portaria Weimar diante da coligação, haja vista sua forte ligação com Filinto Muller, líder maior do PSD estadual, e principal rival de Fernando Correa da Costa, da UDN? Mesmo assim, a executiva municipal do PSD se reuniu e, por nove votos a oito, decidiu montar uma comissão para conversar com a UDN, visando consolidar a aliança inédita.

Segundo Weimar, seu sogro seria o principal articulador dentro do PSD em prol da coligação. Vlademiro do Amaral, ex-udenista, candidato a Prefeito derrotado nas eleições de 1958, entendia que a única forma de derrotar o PTB seria a união das duas legendas adversárias, o que acabou gerando conflitos no interior do PSD. Foi enviada uma comissão pessedista para buscar um acordo junto à UDN local, mas o diretório municipal não aceitou a proposta udenista, rejeitando o lançamento de candidatura comum entre as duas legendas, descontentando Vlademiro do Amaral e o grupo que o apoiou na empreita.

Um raciocínio importante sobre as eleições municipais de 1962 em Dourados deve ser realizado. A alternativa de coligação entre PSD e PTB, tentada e frustrada em 1954 e 1958, tornou-se muito difícil em virtude do lançamento da candidatura do petebista Wilson Fadul ao governo estadual em 1960. O eleitorado do PTB crescia continuamente no Mato Grosso no período, fator que modificou a estratégia do partido. Se, nos pleitos anteriores, havia o movimento pendular do partido em apoio ao PSD ou à UDN, garantindo dessa forma o equilíbrio do sistema eleitoral no estado (NEVES, 1988: 26), em 1960 o PTB buscou seu voo solo, o que de certa forma deve ter influenciado as relações entre os dois partidos nos municípios.

Como a opção PSD/PTB em Dourados poderia melindrar a relação de Filinto Muller com o diretório do PSD local, o partido, já enfraquecido com as sucessivas derrotas nos pleitos municipais anteriores, buscou guarida no seu principal adversário em nível estadual, a UDN, movimento que também se frustrou e foi reprimido pelo diretório pessedista. Além disso, o PTB já havia vencido as eleições de 1958 para Prefeito, e mantinha seu ritmo de crescimento, portanto poderia não interessar uma aproximação com os pessedistas.

Antes, no pleito municipal de 1954, a UDN já buscava arranjos visando minar as forças do PTB local e, consequentemente, de seu rival em nível estadual, o PSD. As

eleições municipais daquele ano, conforme apontamos anteriormente, foram marcadas pela arrumação promovida pela principal liderança da UDN no estado, o Governador Fernando Correa da Costa, cooptando o principal líder petebista em Dourados, Armando Campos Belo, o que acabou incitando a divisão do PTB na cidade, com a UDN se beneficiando com tal arranjo.

Mas o pleito municipal de 1954 se constituiu em uma exceção. A rivalidade já deflagrada durante as eleições para Prefeito em 1950 foi retomada em 1958 e 1962. A UDN sentia a perda constante de espaço eleitoral para o PTB no município, e as derrotas de 1958 e 1962 só vieram realçar tal estado de coisas. Tudo isso só fez aumentar a rivalidade entre udenistas e petebistas, motivada pela disputa eleitoral local.

Portanto, embora a rivalidade em Mato Grosso entre UDN e PSD ecoasse também em Dourados, os processos eleitorais no município obedeciam a uma racionalidade própria, ditada pelo crescimento contínuo do PTB no município, que consequentemente tomou o lugar do PSD nessa disputa. Se nas eleições municipais em 1954 e 1958, foi tentado o arranjo visando derrotar a UDN, arranjo esse provavelmente encabeçado pelo PSD, com o objetivo de seguir a dinâmica estadual da rivalidade udenistas *versus* pessedistas, na eleição para Prefeito em 1962, o que aconteceu foi o contrário. O PSD procurou se aliar a seu velho rival, a UDN, pois suas lideranças sabiam que sairiam derrotadas da disputa em um voo solo. E foi isso que aconteceu em 1962, com o PTB vencendo mais uma vez as eleições.

René Rémond chama a atenção para a importância do estudo histórico sobre as campanhas eleitorais, pois se configura no primeiro ato de uma eleição. Segundo o autor, não se trata apenas de analisar a apresentação dos programas dos candidatos nem somente de estudar a expressão da manifestação das preocupações dos eleitores. Nas campanhas políticas, pode-se observar também "a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças" (RÉMOND, 2003: 49).

Podemos dizer, então, que a política nacional de colonização promovida pelo Governo Federal em Dourados, agiu, embora inconscientemente, no sentido de minar o poder de fogo das elites oligárquicas dominantes do poder estadual em relação aos processos eleitorais na cidade, digo PSD e UDN. A tal ponto de, como no pleito municipal de

1962, as duas legendas antagônicas em nível estadual tentarem a aliança, porém sem sucesso, para derrotar os trabalhistas em crescimento contínuo na cidade, garantindo uma racionalidade própria aos pleitos eleitorais para Prefeito no município nos anos de 1954, 1958 e 1962.

As elites políticas locais circunscritas ao PSD e à UDN vão perdendo densidade eleitoral desde as eleições municipais de 1950, não possuindo força para fazer reverter a mudança de foco do eleitorado, movida pela gratidão a Vargas pela doação de lotes, gerando resultados positivos ao PTB no município, transformando-o em partido hegemônico nos pleitos municipais de 1958 e 1962.

Referências bibliográficas

BERSTEIN, Serge. *Os partidos. In* RÉMOND, René (org.). *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul:* do estado sonhado ao estado construído. 1997. 538 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

BRITTO, Luiz Navarro de. *Introdução aos partidos políticos.* Salvador: UFBA, 1967.

FARHAT, Said. *Dicionário parlamentar e político*: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Petrópolis – Companhia Melhoramentos, 1996.

MOISÉS, José Álvaro. *Democratização e cultura política de massas no Brasil*. *Revista Lua Nova*, CEDEC – revista eletrônica de cultura e política de massas – São Paulo, n. 26, p. 5-51, 1992. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200002&script=sci_arttext. Acesso em 10 de maio de 2011.

MOREIRA, Regina Heloísa Targa. Memória fotográfica de Dourados. Campo Grande: UFMS, 1990

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas:* competição e dinâmica partidário-eleitoral (Caso de Mato Grosso). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

PONTE, Victor M. Durand. *Contexto e mudança na cultura política mexicana*. Tradução de Régis de Castro Andrade. *Revista Lua Nova*, CEDEC – revista eletrônica de cultura e política, São Paulo, n. 26, p. 167-185, 1992. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n26/a06n26.pdf. Acesso em 10 de maio de 2011.

RÉMOND, René. *As eleições. In* _____ (org.). *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 37-55.

SOARES, Gláucio A. D., *A formação dos partidos nacionais*. *In* FLEISCHER, David V. (org). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 7-24.

SOMARRIBA, Valentina Gomes. *Estabilidade política, competitividade eleitoral e alternância ideológica do poder:* Uma análise comparada de processos eleitorais no Brasil. 2005. 119 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp010310.pdf. Acessado em 19 de maio de 2011.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. *O lugar e as eleições:* A expressão territorial do voto no Brasil. *GeoTextos,* POSGEO-UFBA – *Revista eletrônica de geografia* – Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 171-183. Disponível em http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3050/2153. Acessado em 18 de maio de 2011.

Recebido: 20/04/2015

Aprovado: 07/07/2015